



## **SOU JOVEM, SOU CIDADÃO: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO**

**Rosicleide Araújo de Melo**

**Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF**

**Universidade Federal de Pernambuco - UFPE**

**[rosigald@hotmail.com](mailto:rosigald@hotmail.com)**

### **1. Introdução**

A juventude tem sido vista ao longo dos anos sob várias perspectivas. De acordo com Groppo (2000), nas ciências sociais, a definição desse termo passou por dois critérios: o etário e o sócio-cultural. Já a Unesco (2004), apresenta o termo ‘juventude’ referindo-se ao período de transição da infância à idade adulta, pelo qual se produzem mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, variando segundo determinados contextos. Entretanto, essas bases conceituais passaram a ser alvo de críticas sob o argumento de que “nem todas as pessoas percorrem esse período vital da mesma forma” (p.25), surgindo a partir daí outras formas de concepção a cerca da juventude, como da sociologia e da ciência política. Assim, “a juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias” (p.25).

Nesse sentido, a condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social, dos níveis de renda, das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, continentes e hemisférios. De acordo com a Unesco (2004), esta seria uma das bases conceituais para a utilização do termo “juventudes” no plural, não esquecendo porém que existem elementos comuns a todos os jovens. Nesse aspecto, “cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o



que é ‘ser jovem’, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes” (GROPPO, 2000, p.15).

Diante desse panorama conceitual, o trabalho aborda a questão da participação dos jovens para além da dimensão política, inserindo-se no espaço da escola, a partir da vivência com outros atores. Essa experiência de participação se dá no âmbito do Projovem Urbano, conforme veremos adiante. Apesar de não conter elementos conclusivos, identificamos a importância da escola e os atores nela envolvidos, como espaço de socialização nesse processo.

## 2. Os jovens e a participação

O debate a respeito da participação entre os jovens remonta à discussão sobre os movimentos juvenis na década de 60, já que esta representou uma época de forte engajamento dos estudantes, sobretudo pelo seu contexto sócio-econômico e político. Muitos estudiosos ao analisar a participação dos jovens hoje buscam como parâmetro esse período (CASTRO e VASCONCELOS, 2007). De acordo com Schmidt (2000, p.197):

Nos anos 60 e início dos anos 70, um dos fenômenos marcantes na cena política brasileira foi o do *radicalismo estudantil*. Na segunda metade dos anos 60, estudantes das principais universidades e escolas do país impulsionaram uma importante mobilização contra o regime militar, iniciado em 1964.

Porém, conforme o autor, a repressão ao movimento estudantil foi um dos impeditivos para a continuação de uma “cultura revolucionária” entre os jovens a partir de 1970, período marcado pela ausência de mobilizações de massa. Isso se deveu ao processo de desarticulação dos movimentos estudantis a partir da prisão das suas principais lideranças, além da sucessão de atos do governo em repressão as garantias constitucionais, bem como a proibição de manifestações políticas no interior de instituições de ensino (BARBOSA, 2008).



Os anos 80, junto com seus dilemas políticos, foi palco do retorno dos jovens na luta pela redemocratização, principalmente no movimento das Diretas já. Juntamente com o movimento estudantil, outros atores entraram em cena, “como o novo movimento sindical e lideranças políticas da oposição e dissidentes do regime militar” (idem, p.197). Apesar da efervescência desse período, e da maior abertura para canais de participação a partir da redemocratização, não se constituiu de forma sólida uma cultura democrática entre os jovens brasileiros nos anos 80 (idem). “A identidade juvenil se desloca para fora das universidades, estendendo seu alcance além dos setores médios e abrangendo outras significações, altamente ligadas ao consumo e aos “estilos” culturais” (ANN MISCHÉ, 1997, p.143).

Já os anos 90 são marcados pela presença maciça de estudantes no episódio do “impeachment” do então presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Cerca de 10 mil jovens saem às ruas, na cidade de São Paulo, levando faixas e bandeiras em protesto ao presidente, sendo inicialmente encabeçado pela UBES (União Brasileira dos estudantes secundaristas), e, posteriormente, pela UNE (União Nacional dos estudantes). Conforme Ann Mische (1997), essas mobilizações causaram espanto à maior parte da sociedade na época, já que os discursos existentes, principalmente veiculados pela mídia, apontavam esta geração com certo descrédito em relação à atuação política. Para a autora:

Os jovens estavam participando — pelo menos em teoria — não como radicais ou conservadores, socialistas ou liberais, membros de grupos políticos, ou até como “estudantes”, mas como “cidadãos-em-formação”, tentando resgatar a “democracia-em-formação” da herança de corrupção e impunidade pública (ANN MISCHÉ, 1997, p. 136).

Apesar desses eventos, a versão predominante na mídia é de que o comportamento político dos jovens da década de 90 está marcado pela ausência de rebeldia, pela adesão ao capitalismo, pelo individualismo e pela falta de engajamento (SCHMIDT, 2000). De acordo com o autor, Abramo (1994) faz uma crítica a essa “fixação nos anos 60”, ao se analisar a participação dos atores juvenis, “ressaltando a necessidade de analisar os jovens dentro das condições sociais do final do século, muito



diferentes daquelas de três décadas atrás” (p.188). Em outro texto, ela observa que o curioso é que no período dos anos 30 a 70, embora sua atuação destacada, a juventude foi vista com ressalva, à direita e à esquerda. A partir dos anos 80, quando os movimentos estudantis enfraqueceram, se começou a lamentar a ausência da juventude na cena política, e se erigiu formas de atuação antes suspeitas como modelos ideais de atuação (ABRAMO, 1997, p. 27).

De acordo com Tommasi et al (2006), apesar da existência de discursos veiculados pela mídia afirmando que o jovem não tem interesse de participar dos espaços de discussão da política nacional e local, existem estudos que seguem a direção contrária, ou seja, enfatizam as novas formas de participação dos jovens na esfera pública. A esse respeito comenta Helena Abramo:

A questão da participação dos jovens tem sido tema de preocupação e debate nos últimos anos nas sociedades latino-americanas, principalmente no que se relaciona com a discussão das possibilidades e alternativas de desenvolvimento: tanto para o desenvolvimento integral dos jovens como para o desenvolvimento democrático da sociedade. Essa preocupação vem marcada, no entanto, por certa ambigüidade: por um lado, existe uma percepção da importância da participação juvenil para essas duas dimensões do desenvolvimento, que vem acompanhada de uma expectativa de seu incremento; por outro, impera uma certa visão negativa a respeito da participação existente e uma dificuldade de concretizar canais efetivos para a sua realização (ABRAMO, 2004, P.7).

Para Castro e Vasconcelos (2007), não há um consenso quanto ao caráter de participação dos jovens em comparação com outras gerações, ou seja, se eles são menos ou mais atraídos por partidos políticos, organizações sindicais ou outras formas de participação. Conforme os autores, movimentos e organizações juvenis têm dado bastante ênfase à participação dos jovens “no campo da elaboração legislativa, do acompanhamento da vida política dos poderes constituídos, e por políticas de/para/com juventudes, ou seja, voltadas para os jovens e que tenham um enfoque de geração” (p.106). Em contrapartida, se reconhece o crescimento do desencanto pelas formas tradicionais de participação política (idem).



Em pesquisa realizada pela Unesco em 2004<sup>1</sup>, com jovens entre 15 e 29 anos, em algumas regiões do Brasil, 27,3% dos jovens brasileiros declararam que participam ou já participaram de alguma organização associativa, tais como ONGs, movimentos sociais, grupos religiosos, entre outros (CASTRO e VASCONCELOS, 2007). Porém, conforme os autores, “ainda é pequeno o número de jovens que estão em agências formais de participação” (idem, p.92). Isso é corroborado pensando a questão da confiança nas instituições, a qual constitui um importante indicador de envolvimento com a política. Nesta pesquisa, verificou-se que 84,6% dos jovens declararam não confiar nos partidos políticos, e 76,7% afirmaram não confiar no Governo, complementando com 79,9% em relação às Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores. Estes dados podem revelar o descrédito quanto às instituições formais de representação, porém não diz muita coisa em relação ao envolvimento com outras formas de participação, como por exemplo, associações, movimentos os mais variados, entre outros.

Essa breve apresentação dos dados da pesquisa realizada pela Unesco, em 2004, não diz muita coisa em relação às várias formas de participação em que os jovens cotidianamente estão inseridos e que vão além dos espaços institucionalizados da política. Também não reflete a realidade atual, já que traz uma pequena amostra a cerca dessa problemática. Porém, pode revelar que os jovens, pelo próprio contexto em que estão inseridos, se ocupam de novas formas de engajamento, e que reflete o que Castro e Correa (2005) afirmam: “a inexistência de oportunidades formais de participação na construção dos modos de vida cidadina, a não ser de uma forma remota e, freqüentemente, burocrática que se exerce pelo voto de tempos em tempos, se entretetece com formas larvares de participação” (p.17). Conforme os autores ressaltam, pensar a participação é ir além do que é previsto ou padronizado nas instituições, passa por uma questão de reconhecimento dos valores próprios da dinâmica societária, de uma redefinição a partir dos próprios atores envolvidos, no caso os jovens.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada pela Unesco, com a colaboração do Ibope, com 10.010 jovens entre 15 e 29 anos em várias regiões do Brasil. Para mais detalhes, ver Castro e Vasconcelos (2007).



Em relação ao citado, alguns autores apontam novas formas de engajamento entre os jovens, predominando o campo cultural como forma de expressão. É o que discute Sousa (2008), ao apontar o movimento hip-hop como potencializador de atitudes críticas entre atores juvenis. Para a autora, a junção de quatro formas de arte de rua, condensados no hip-hop, aparece como espaço de formação identitária e política para grupos juvenis da periferia, os quais utilizam desses espaços para denunciarem os problemas que os afetam. Portanto, existe um caráter político-educativo, que incentiva o aspecto reivindicatório, “numa movimentação visível do retorno do jovem como ator político” (SOUSA, 2008, p.130).

A partir dessas vivências, a política passa a ter outros significados para a vida dos jovens, “ela passa pela cidadania, pelo respeito, pela ética, pela luta contra a intolerância, pelo antidogmatismo, pela participação não excludente, mas ampliada, que inclua aqueles que não necessariamente são revolucionários” (idem, p.151).

Nesse sentido, alguns desafios precisam ser superados para compreender a participação a partir de suas formas. Gravel (2005) elabora uma tipologia que vai da socialização para a participação, até a aprendizagem da liderança, a busca de influência e o engajamento nos lugares de poder. Para o autor, é importante que haja espaços de socialização, de compartilhamento de regras, de uma aprendizagem política. Diferentes tipos de reagrupamentos podem favorecer “a aprendizagem de papéis, a informação sobre as diversas causas sociais e permitem assim que alguns indivíduos exerçam sua liderança” (GRAVEL, 2005, p.80). Outro ponto importante é que os jovens podem exercer influência a partir de oportunidades constituídas no interior de organismos, tanto em nível nacional como local. Estas poderão ser boas oportunidades para a exposição de opiniões sobre diversas questões que os interessem.

Para além da discussão sobre a importância da participação, algumas questões emergem pensando os diversos atores envolvidos. De acordo com Carrano (2006), é preciso compreender as diferentes barreiras que dificultam a participação dos jovens, pois existe uma íntima relação entre as condições materiais de vida e a participação social e política, principalmente pensando os jovens marginalizados. Por isso, segundo o autor, é imprescindível que as políticas públicas formuladas pelos governos estejam



preocupadas em fomentar nos jovens um desejo de mudança e oportunidades de fazê-lo, ou seja, de se constituírem em sujeitos de suas próprias vidas.

Diante desse quadro, analisaremos na próxima seção como é formulada e executada a participação dos jovens no Projovem Urbano em Recife, programa que tem como objetivo promover a cidadania ativa dos jovens. Para tanto, faremos uma breve descrição sobre o funcionamento do Programa para, a partir daí, abordar os espaços de participação e as atividades direcionadas no programa para esse fim.

### **3. Políticas públicas para a juventude: o Projovem Urbano**

Conforme exposto anteriormente, o trabalho não apresenta elementos conclusivos, dado o caráter da pesquisa. Os espaços de participação analisados referem-se às atividades desenvolvidas numa escola da periferia da cidade do Recife-PE, no âmbito do Projovem Urbano.

O Projovem Urbano é uma política pública desenvolvida pelo Governo Federal e executada por Estados e municípios. Em Recife teve seu início em 2008, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife. É uma reformulação do Projovem – Programa Nacional de Inclusão de jovens, iniciado em 2005 em várias capitais brasileiras, inclusive em Recife. Nesse novo formato, o programa contempla o público de 18 a 29 anos, que saiba ler e escrever e que não tenha concluído o ensino fundamental. É apresentado como uma política que pretende a inclusão cidadã dos jovens em situação de vulnerabilidade<sup>2</sup> social através da educação básica, qualificação profissional e participação cidadã, três eixos que integram o programa. Aos jovens participantes é concedida uma bolsa/benefício no valor de R\$ 100,00 (Cem reais) mensais, com duração de 18 meses, sendo condição para esse recebimento a frequência regular na sala de aula.

---

<sup>2</sup> É tratada como “o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade” (ABRAMOVAY *et al*, 2002).



As atividades desenvolvidas acontecem nos núcleos, escolas vinculadas aos pólos, que é a instância local de gestão do programa, sendo por eles administradas. Em Recife existem dois pólos funcionando, cada um com 16 escolas, totalizando 32. Cada núcleo é composto por 5 turmas, sendo cada uma delas assistida por um professor de formação básica, uma assistente social, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de participação dos jovens no programa, aliando teoria e prática, um qualificador profissional, responsável pela execução das atividades de formação para o trabalho.

Conforme é apresentado na proposta do Programa, a integração deve ser basilar nos trabalhos dos educadores, sendo esta concebida no nível da formação básica, qualificação profissional e da participação cidadã. O currículo é pensado para favorecer a construção do protagonismo juvenil a partir desses três pilares.

A formação básica visa garantir as aprendizagens para a certificação no ensino fundamental, conforme as Diretrizes curriculares nacionais. Portanto, os conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas, como Matemática, Ciências Humanas, Português, Inglês e Ciências Naturais visam de alguma forma contemplar essa base curricular articulando-se com a qualificação profissional e a participação cidadã. Esses conteúdos são divididos em Unidades formativas, sendo que “cada Unidade Formativa constrói-se em torno de um eixo estruturante que funciona como tema transversal, ou seja, orienta a seleção final dos conteúdos e sua organização em tópicos” (SALGADO e AMARAL, 2008, p.40).

Nesse sentido, foram pensados para esse programa seis eixos articuladores que norteariam todo o currículo integrado e inclusivo na prática escolar, como: Juventude e Cultura, Juventude e Cidade, Juventude e Trabalho, Juventude e Comunicação, Juventude e tecnologia e Juventude e Cidadania. Dentro de cada eixo citado foram sendo organizados conteúdos específicos das disciplinas de formação básica, qualificação para o trabalho e participação cidadã, para, a partir de uma interligação dessas visões plurais compreenderem determinados fenômenos. O desenho do seu currículo, através de atividades desenvolvidas em sala de aula, bem como em espaços externos à escola, permitem o desenvolvimento social dos jovens participantes do



programa, o qual se propõe fomentar o exercício da cidadania do jovem de forma efetiva. A prática pedagógica é pensada a partir das vivências desses jovens, o contexto social em que estão inseridos, se integrando às questões contemporâneas relativas ao conhecimento.

A carga horária do ProJovem Urbano é de 2.000 horas (1.560 presenciais e 440 não presenciais), a serem cumpridas ao longo de 18 meses letivos (78 semanas). Esse percurso formativo foi organizado nas seis unidades formativas mencionadas, cada uma com a duração de três meses. O desenvolvimento das atividades previstas pressupõe a dedicação dos jovens ao curso por aproximadamente 26 horas semanais. As horas presenciais (20 horas semanais) incluem as atividades em sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo da Qualificação Profissional e à Participação Cidadã, sob a supervisão de um educador. As horas não-presenciais são dedicadas às leituras e atividades das unidades formativas e à elaboração de planos e registros - individualmente ou em pequenos grupos - nos espaços e tempos mais convenientes aos estudantes.

Faz parte da qualificação profissional a realização de um curso, chamado arco ocupacional, o qual no período de seis meses é executado por instituições de qualificação profissional da cidade. Um limite em relação a essa qualificação diz respeito à escolha desses cursos, pois de acordo com os professores “muitas vezes os alunos não conseguem fazer o curso desejado por conta do número de vagas e por isso eles acabam desistindo de estudar ou se desestimulando durante o processo”. (Depoimento de uma educadora, 2010). Outra dificuldade diz respeito ao acesso aos locais em que funcionam os cursos, pois muitas vezes os jovens precisam se locomover para localidades distantes dos seus bairros, tendo inclusive o problema da rivalidade entre esses locais.

A participação cidadã, como um dos eixos que formam o programa, tem como objetivo “contribuir para o reconhecimento pelos jovens de seus direitos e deveres cidadãos e para o desenvolvimento de potencialidades que resultem no exercício de uma cidadania ativa” (SALGADO e AMARAL, 2008, p.84). Nesse sentido, se propõe como política de mudança social na vida dos jovens recifenses.



No caso da participação cidadã, ela se dá a partir de uma preparação teórica, sob a responsabilidade de uma assistente social, envolvendo conceitos como democracia participativa, cidadania, direitos e deveres do cidadão, entre outros, para subsidiar a ação que será desenvolvida pelos jovens em suas comunidades, chamada de ação comunitária. O Plano de ação comunitária – PLA ou a ação comunitária, “tem como referência a idéia de que participar e exercer cidadania são ações que se aprendem fazendo” (SALGADO e AMARAL, 2008, p.44). Sendo assim, a dinâmica de participação no programa passa pela questão da educação para a cidadania.

#### **4. Os espaços de participação: a dinâmica do PLA**

A dinâmica de participação concebida no Projovem Urbano visa uma inserção do jovem nos espaços de vivência da sua cidade. Nesse sentido, a proposta do Programa passa pela fomentação de experiências que provoquem nos estudantes sentimentos de responsabilidade, conscientização dos seus direitos e deveres e a importância de se colocarem enquanto atores que podem trazer mudança social.

O próprio cronograma de trabalho está estruturado na dinâmica da reflexão/ação, ou seja, após um período constituído de discussões, leituras, palestras, oficinas, inicia-se um processo de intervenção local, através do PLA (Plano de Ação Comunitária). Este deve ser planejado e executado juntamente com os jovens nas suas comunidades.

Diante disso, as atividades são pensadas e organizadas levando em conta os pontos citados anteriormente. Sob a responsabilidade de uma assistente social, os jovens vivenciam práticas em sala de aula, através de atividades como debates dirigidos, dinâmicas, trabalhos em grupo, em torno de alguns temas norteadores. Como o programa é dividido em seis unidades formativas, cada uma mais ou menos de 3 meses, os estudantes passam 6 meses realizando atividades de mapeamento dos problemas que passam sua comunidade e constrói um “mapa de desafios”, elencando os principais problemas vivenciados em seu local de moradia. Com esse material elaborado, as assistentes sociais, juntamente com o professor orientador e os estudantes, planejam uma ação que será desenvolvida posteriormente pelos jovens em algum local escolhido



por eles. Esse projeto é chamado Plano de Ação Comunitária (PLA), o qual constitui o resultado de todo um trabalho anterior construído e vivenciado em sala de aula, bem como fora dela.

De acordo com o Manual do Educador, o Projovem Urbano concebe o PLA sob a perspectiva do planejamento participativo, em que os envolvidos: educadores, assistentes sociais e estudantes, são responsáveis desde a concepção até a execução da ação de intervenção escolhida pela turma para ser executada posteriormente.

O trabalho de pesquisa consistiu em acompanhar as atividades das cinco turmas da referida escola, para posteriormente, a partir da percepção dos jovens envolvidos, traçar um perfil dessa participação. No momento, o diálogo com os jovens encontra-se em fase de construção e por isso não é possível apontar elementos nessa direção.

Na escola pesquisada, os trabalhos no âmbito do PLA se encontram na fase de planejamento das ações dos jovens estudantes junto às suas comunidades. Acompanhando as atividades de cinco turmas, observamos algumas particularidades. As atividades desenvolvidas em sala de aula, através da confecção de cartazes, debates, entre outros, visa uma maior percepção desse jovem em relação aos problemas vividos em seus locais de moradia. Um mapeamento dos principais problemas vividos nos bairros, a partir da percepção dos jovens, é realizado durante três meses. A partir desse mapeamento, duas questões são trabalhadas em sala de aula pelos professores: “que situações consideram indesejáveis e gostariam de modificar? Em que sentido deverão ser alteradas?” (SALGADO e AMARAL, p.151).

Acompanhando as atividades das cinco turmas, observamos que no momento da pesquisa os trabalhos desenvolvidos eram orientados por uma assistente social, que faz a intermediação do PLA. Os jovens da turma 1 estavam discutindo a temática da violência contra a mulher. Para isso, estavam organizando painéis ilustrativos dessa questão em nossa sociedade e preparando para executar uma ação de conscientização junto ao seu bairro. Esse trabalho de reconhecimento da temática deu-se a partir de pesquisas, diálogo com especialistas e debate em sala de aula. A ação de conscientização planejada pela turma consiste em palestras proferidas pelos jovens numa Associação de bairro da cidade. Cada jovem ficou responsável por uma atividade



para que a palestra, bem como a distribuição de panfletos ocorresse. Conforme a assistente social entrevistada, “há um envolvimento dos estudantes nas atividades, apesar de alguns terem mais dificuldades que outros por serem tímidos”. Ainda de acordo com ela, o esforço tem sido para que de fato todos se envolvam e se sintam protagonistas.

Em relação às demais turmas observadas, as atividades em sala de aula se encontravam na fase de planejamento dessa ação de intervenção em suas comunidades, a partir de uma problemática que os jovens, professores e assistentes sociais consideravam importantes.

A partir do exposto, percebemos que há uma preocupação com o impacto gerado pela ação planejada e executada pelos jovens em suas comunidades, mostrando a importância da reflexão de todo o processo já que uma ação traz conseqüências mesmo que não esperadas pelos atores e estas devem ser pensadas levando em consideração a complexidade das questões ora citadas. Por isso, destacamos o papel que é dado à mobilização dos jovens na experiência de participação cidadã, conforme foi exposto, ou seja, o de “despertar interesses, convocar vontades e integrar vozes para alcançar o objetivo comum de intervir na realidade e mudar situações e atitudes” (SALGADO e AMARAL, p.162). É importante destacar que nem sempre o estabelecido no Programa é de fato colocado em prática, já que a realidade é bem mais complexa do que a escrita no papel.

## **5. Considerações**

A análise da experiência de participação cidadã no contexto do Projovem Urbano nos permitiu apontar alguns limites e potencialidades. No que se refere aos limites podemos citar a questão do formato, que já vem estabelecido como modelo a ser aplicado em todas as cidades, ou seja, não há diálogo com os maiores interessados, os jovens, no que diz respeito à elaboração ou reconstrução dessa experiência de participação.



Analisando os aspectos teóricos dessa experiência pode-se dizer que ela consiste numa tentativa de inserir e de delegar aos jovens responsabilidades para com a sociedade, partindo de contextos micro, ou seja, o bairro ou comunidade. Na medida em que é planejada e organizada, a participação cidadã traz para o contexto da escola e do espaço da sala de aula alguns desafios. Um deles está relacionado ao respeito às diferenças, pois as discussões são dinamizadas a partir de vários atores e situações. Outra questão está relacionada ao formato do PLA, pois este já vem delineado pelos gestores e precisa ser executado em variados contextos.

Relacionado a isso está a forma como esta é trabalhada pelos educadores e assistentes sociais, pois nem sempre os jovens estão interessados em dedicar parte de seu tempo para isso. Nesse sentido, o formato do PLA é estabelecido como uma das condições para a conclusão do Programa, ou seja, faz parte do currículo e precisa ser elaborado e executado pelos jovens. Aos jovens interessados em concluir o ensino fundamental não resta outra alternativa. Ou seja, é uma espécie de participação “tutelada” atrelada à exigência curricular de cumprimento das atividades.

Para além desse momento pontual, ou seja, da inserção do jovem na comunidade a partir do PLA, é importante refletir sobre os possíveis desdobramentos que essa experiência poderá trazer para a juventude, que como foi apresentado no trabalho por alguns teóricos, aparece hoje distante dos espaços formais de participação. Ou seja, esta inserção do jovem em situação de vulnerabilidade social em espaços de participação, através do diálogo com outros jovens, pode trazer valores de convivência e respeito entre os mesmos, bem como fomentar o desejo de participar em outras instâncias da sociedade.

## 6. Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, nº 05-06, p. 25-36, 1997.



\_\_\_\_\_. **Participação e organizações juvenis**. Recife: Projeto Redes e Juventudes, 2004.

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

BARBOSA, Andreza. O Movimento estudantil brasileiro: do início da década de 1990 a 2001. In: GROppo, Luís Antônio et al (Orgs). **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

CARRANO, Paulo. Juventude e participação no Brasil: interdições e possibilidades. **Democracia viva**, n°30, jan/mar, 2006.

CASTRO, Lúcia Rabelo de; CORREA, Jane. Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social. In: **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: NAU editora: Faperj, 2005.

CASTRO, Mary Garcia; VASCONCELOS, Augusto. Juventudes e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, Miriam et al (Orgs). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade; Unesco, 2007 (Coleção educação para todos, 27).

GRAVEL, Pierre-Luc. A participação política dos jovens no Québec: questionamentos e vias de pesquisa. In: CASTRO, Lúcia Rabelo de; CORREA, Jane (Orgs). **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: NAU editora: Faperj, 2005.

GROppo, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre a sociologia e a história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

\_\_\_\_\_. As passeatas pelo impeachment em 1992 e os jovens “carapintadas”. In: GROppo, Luís Antônio et al (Orgs). **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**. N° 5, maio/jun/jul/ago, n° 6, set/ou/Nov/dez, 1997.

SALGADO, Maria Umbelina C.; AMARAL, Ana Lúcia (Org). **Manual do Educador: Unidade Formativa I**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manual do educador: Unidade Formativa II**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de jovens – Projovem Urbano, 2008.



\_\_\_\_\_. **Manual do educador:** Unidade Formativa III. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de jovens – Projovem Urbano, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manual do educador:** Unidade Formativa IV. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de jovens – Projovem Urbano, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manual do educador:** Unidade Formativa V. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de jovens – Projovem Urbano, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manual do educador:** Unidade Formativa VI. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de jovens – Projovem Urbano, 2008.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política nos anos 1990:** Um estudo de socialização política no Brasil. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, UFRGS. Porto Alegre, 2000.

SOUSA, Janice T. P. de. Os jovens contemporâneos e a política do instituído. In: GROPPPO, Luís Antônio et al (Orgs). **Movimentos juvenis na contemporaneidade.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

TOMMASI, Lívia De et al. **Juventude brasileira e democracia:** participação, esferas e políticas públicas. Relatório regional: Recife, 2006.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes.** Brasília: Unesco, 2004.

